

SUMÁRIO

Polícia Penal ES
Policial Penal

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de texto.....	1
Ortografia: emprego das letras.....	3
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem ...	12
Sintaxe: reconhecimento dos termos da oração; reconhecimento das orações num período	24
Concordância verbal; concordância nominal.....	32
Colocação de pronomes.....	34
Ocorrência da crase	36
Regência verbal; regência nominal	37
Processo de formação das palavras	40
Coesão	48
Sentido próprio e figurado das palavras.....	49
Pontuação	57
Figuras de linguagem.....	61
Questões	66
Gabarito.....	75

INFORMÁTICA

Noções de sistema operacional (windows). Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	1
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes microsoft office).....	22
Rede de computadores: conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos e internet e intranet; programas de navegação. Sítios de busca e pesquisa na internet.....	64
Correio eletrônico	70
Segurança da informação. Procedimentos de segurança: noções de vírus, worms e pragas virtuais; aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.).....	75
Procedimentos de backup	83
Questões	86
Gabarito.....	94

SUMÁRIO

SUMÁRIO



RACIOCÍNIO LÓGICO

Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais; - raciocínio verbal	1
Raciocínio matemático	7
Raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal	16
Formação de conceitos e discriminação de elementos. Proposições e conectivos.....	21
Problemas utilizando as operações fundamentais	37
Raciocínio quantitativo: conjuntos, subconjuntos e operações básicas de conjunto	40
Conjuntos de números e desigualdade	46
Expressões e equações algébricas.....	65
Sequências e séries	71
Trigonometria	76
Funções. Logaritmo e exponencial.....	83
Análise combinatória	99
Matrizes e determinantes	104
Geometria	117
Geometria analítica	129
Estatística	138
Probabilidades.....	141
Questões	145
Gabarito.....	155

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Introdução aos direitos humanos	1
Desenvolvimento histórico dos direitos humanos	2
Universalismo e relativismo cultural	2
Definição de direitos humanos	5
Os tratados de direitos humanos e a constituição federal	6
Órgãos de proteção dos direitos humanos.....	6
Sistema global.....	8
Sistemas regionais; sistema interamericano: comissão e corte interamericanas de di- reitos humanos	9
Sistema interamericano direitos humanos	11
Direito internacional humanitário e direito internacional dos refugiados	12
Os direitos humanos civis e políticos: os direitos à vida, à liberdade e à integridade pessoal	13
Violência urbana.....	28

SUMÁRIO



Direitos econômicos, sociais e culturais.....	30
Perspectivas de gênero; direitos humanos e orientação sexual.....	31
A questão racial.....	32
Direitos humanos e a questão indígena.....	34
Desenvolvimento direitos humanos; tribunal penal internacional.....	34
Direitos humanos e meio ambiente.....	35
Questões.....	37
Gabarito.....	44

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios de direito administrativo; administração pública.....	1
A supremacia e a indisponibilidade do interesse público.....	8
Ato administrativo.....	10
Fatos da administração.....	28
Discricionariedade administrativa.....	30
Administração pública direta e indireta; centralização, descentralização e desconcentração; autarquias.....	32
Fundações.....	38
Empresas estatais.....	40
Agências executivas e reguladoras.....	44
As entidades paraestatais e o terceiro setor.....	47
Servidores públicos.....	49
Agentes públicos.....	54
Responsabilidade do estado.....	72
A reparação do dano e a responsabilidade pessoal do agente público.....	79
Controle da administração pública.....	83
A administração pública em juízo.....	86
Meios de controle judicial da administração pública.....	89
Prescrição e decadência em direito administrativo.....	93
Súmulas dos tribunais superiores (stj e stf).....	96
Recursos repetitivos e teses com repercussão geral.....	100
Improbidade administrativa.....	105
Código de ética do servidor público do espírito santo e lei complementar nº 46/94.....	137
Questões.....	192
Gabarito.....	199

SUMÁRIO

SUMÁRIO

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Conceito, missões e funções.....	1
Princípios.....	4
Interpretação da lei penal.....	15
Teoria da norma penal.....	25
Lei penal no tempo; lei penal no espaço; eficácia pessoal da lei penal.....	27
Infração penal: elementos, espécies.....	36
Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal.....	38
Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade: conceito, elementos e exclusão.....	52
Classificação dos crimes; concurso de pessoas.....	77
Crimes contra a pessoa.....	80
Crimes contra o patrimônio.....	118
Crimes contra a dignidade sexual.....	126
Crimes contra a fé pública.....	141
Crimes contra a administração pública.....	145
Lei abuso de autoridade (lei n. 13.869/2019).....	149
Lei antidrogas (lei n. 11.343/2.006).....	156
Lei de tortura (lei n. 9455/97).....	180
Estatuto do desarmamento (lei n. 10.826/03).....	181
Contravenções penais (dec. Lei 3.688/41 E dec. Lei 6.259/44).....	191
Crimes de preconceito (lei 7.716/89).....	210
Crimes hediondos (lei n.8.072/90).....	212
Direito processual penal: da ação penal.....	216
Princípios e norma processual penal: fontes e eficácia.....	218
Interpretação retrospectiva e interpretação prospectiva no processo penal.....	228
Princípios constitucionais na investigação criminal; investigação criminal; garantias constitucionais da investigação criminal e do processo penal.....	229
Do inquérito policial.....	233
Da prova; da prova ilícita.....	242
Prisões processuais de natureza cautelar; prisão em flagrante; prisão preventiva; prisão temporária (lei n° 7.960/89).....	247
Nulidades na investigação criminal e no processo penal.....	252
Habeas corpus.....	253
Sistemas processuais penais.....	258
O juiz, o ministério público, a autoridade policial, o defensor do acusado.....	259
Preclusão.....	267
Incidentes (sanidade e falsidade).....	268
Jurisdição e competência.....	270

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Atribuição e circunscrição.....	272
Dos prazos processuais e procedimentais.....	275
Da sentença	276
Citações, notificações e intimações	279
Lei dos juzados especiais (lei nº 9.099 De 1995).....	285
Lei dos juzados especiais federais (lei nº 10.259 De 2001).....	298
Violência doméstica e familiar contra a mulher (lei nº 11.340 De 2006)	301
Lei da interceptação telefônica (lei nº 9.296 De 1996).....	313
Lei de combate as organizações criminosas (lei 12.850/2013)	315
Propriedade intelectual (lei nº 9.609 De 1998).....	324
Proteção à vítima e a testemunha (lei nº 9.807 De 1999).....	328
Lei de execuções penais 7.210/1984	332
Questões	367
Gabarito.....	373

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Processo penal.....	1
Direitos fundamentais, dignidade humana e direito à proteção	4
Instrumentalização administrativa e o modelo sistêmico de prevenção de delitos econômicos; sistemas de regulação e autorregulação	8
Lei nº 12.846/2013 - Lei anticorrupção.....	10
O juiz e os poderes gerais de cautela	17
As medidas cautelares atípicas da lei n.º 12.403/11	22
Prisão cautelar e medidas cautelares patrimoniais	28
Os pressupostos para a cautelaridade penal na criminalidade econômica	50
Provas: princípios fundamentais na sua colheita; ônus da prova. Sigilo da prova criminal.....	51
Os limites constitucionais e as investigações administrativas do poder público	55
Marco civil da internet. Lei nº 9.296/1996	57
Lei nº 12.527/2011.....	59
Direito de defesa, defesa técnica e autodefesa	72
Contraposição da atividade legislativa e jurisdicional	73
Jurisdição penal e seus limites.....	74
Ministério público e os limites da obrigatoriedade.....	76
Criminalidade econômica e a busca da verdade no processo penal e os princípios da eficiência e da eficácia	78
Impacto da mídia nos crimes econômicos	81
Questões	83
Gabarito.....	91



A leitura e a interpretação de textos são habilidades fundamentais para a compreensão e a comunicação em qualquer contexto, seja acadêmico, profissional ou cotidiano. Compreender o significado de palavras, expressões, frases e parágrafos exige não apenas um conhecimento linguístico, mas também a capacidade de relacionar informações, identificar intencionalidades e construir sentidos a partir do texto. Essas competências são desenvolvidas por meio da prática constante e do aprendizado de estratégias de leitura que permitem ao leitor lidar com diferentes níveis de complexidade textual.

O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

IDENTIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO DE PALAVRAS

Compreender o significado das palavras é o primeiro passo para a interpretação textual. As palavras possuem significados que podem variar dependendo do contexto em que são utilizadas, exigindo do leitor atenção às nuances da linguagem.

Significado Denotativo e Conotativo

- Denotativo: É o significado literal ou objetivo da palavra, aquele encontrado nos dicionários. Por exemplo, “casa” denotativamente refere-se a uma construção destinada à habitação.
- Conotativo: É o significado figurado ou subjetivo, frequentemente carregado de emoções e associações culturais. Por exemplo, “casa” conotativamente pode representar acolhimento, segurança ou família.

O leitor precisa discernir qual dos significados está sendo utilizado no texto, considerando o contexto e o objetivo do autor.

Palavras de Sentido Contextual

Algumas palavras adquirem significados específicos dependendo do contexto. Expressões como “raiz” podem ter conotações matemáticas, botânicas ou culturais, dependendo do tema abordado. Por isso, é essencial que o leitor examine o campo semântico do texto para interpretar corretamente essas palavras.

IDENTIFICAÇÃO DE EXPRESSÕES E FIGURAS DE LINGUAGEM

As expressões e as figuras de linguagem enriquecem o texto e, muitas vezes, carregam sentidos que vão além do óbvio. Compreendê-las é essencial para a interpretação adequada.

Expressões Idiomáticas

Expressões idiomáticas, como “chutar o balde” ou “ficar de mãos atadas”, possuem significados que não podem ser deduzidos apenas pela análise literal. O leitor deve conhecer essas expressões ou deduzir seus sentidos pelo contexto.



O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

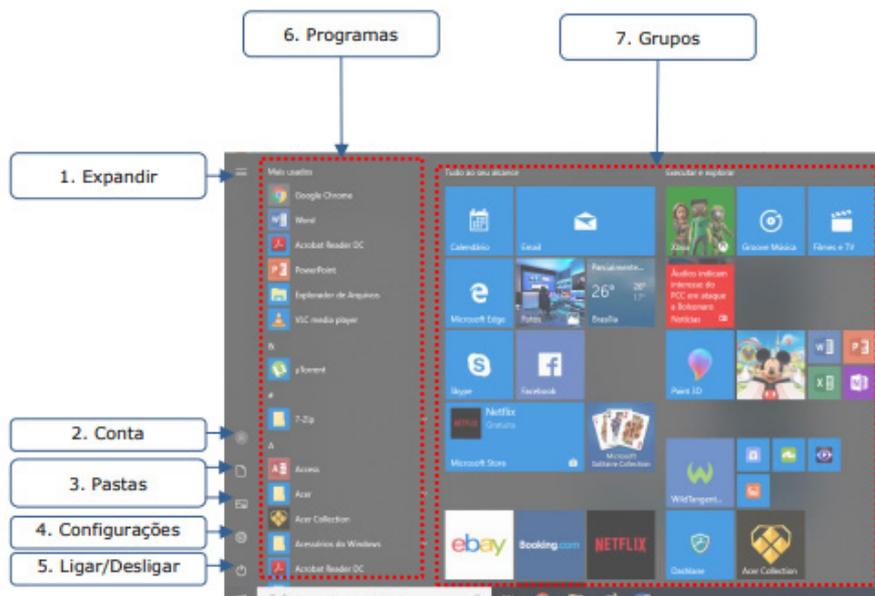
Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar



Raciocínio Lógico

Raciocínio verbal avalia a capacidade de interpretar informações escritas e deduzir conclusões lógicas. É um aspecto fundamental da cognição e inteligência geral, envolvendo a compreensão, organização e aplicação do conhecimento por meio da linguagem.

Em testes de raciocínio verbal, os participantes são apresentados a um texto contendo informações e são solicitados a avaliar um conjunto de afirmações, escolhendo uma das possíveis respostas:

A - Verdadeiro: a afirmação é uma conclusão lógica das informações ou opiniões contidas no texto.

B - Falso: a afirmação é logicamente contraditória com as informações ou opiniões apresentadas no texto.

C - Impossível dizer: não é possível determinar se a afirmação é verdadeira ou falsa com base apenas nas informações fornecidas no texto; informações adicionais seriam necessárias para fazer uma conclusão.

Aqui, exploraremos exercícios que relacionam elementos, pessoas e objetos fictícios, baseados em informações apresentadas. Vejamos o passo a passo:

01. Três homens, Luís, Carlos e Paulo, são casados com Lúcia, Patrícia e Maria, mas não sabemos quem é casado com quem. Eles trabalham com Engenharia, Advocacia e Medicina, mas também não sabemos quem faz o quê. Com base nas dicas abaixo, tente descobrir o nome de cada marido, a profissão de cada um e o nome de suas esposas.

- a) O médico é casado com Maria.
- b) Paulo é advogado.
- c) Patrícia não é casada com Paulo.
- d) Carlos não é médico.

Vamos montar o passo a passo para que você possa compreender como chegar a conclusão da questão.

1º passo – Vamos criar uma tabela para simplificar o entendimento da solução, organizando as informações do enunciado em três categorias: homens, esposas e profissões.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia						
Patrícia						
Maria						

Também criamos abaixo do nome dos homens, o nome das esposas.

2º passo – Elaborar a tabela-resposta.

Esta tabela não apenas funcionará como um gabarito, mas também será essencial para revelar detalhes que podem não estar imediatamente visíveis na tabela principal. Uma tabela complementa a outra, possibilitando a identificação de relações e características específicas entre os grupos e elementos envolvidos.

Homens	Profissões	Esposas
Carlos		
Luís		
Paulo		



Os direitos humanos são um conjunto de princípios e normas que visam garantir a dignidade, a liberdade e a igualdade de todos os seres humanos. Este texto abordará o conceito, o surgimento, a evolução histórica, a classificação e as características dos direitos humanos.

— Conceito

Direitos humanos são os direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Eles são universais, inalienáveis e indivisíveis.

— Classificação

Direitos Civis e Políticos

Esses direitos incluem liberdade de expressão, direito a um julgamento justo e direitos de voto. Eles são frequentemente considerados os “primeiros” direitos humanos.

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Esses direitos abrangem questões como educação, saúde e bem-estar social. Eles são por vezes considerados “segundos” direitos humanos, embora essa classificação seja cada vez mais contestada.

— Características

Universalidade

Os direitos humanos são universais, aplicando-se a todos os seres humanos, independentemente de qualquer característica individual.

Inalienabilidade

Esses direitos não podem ser retirados ou renunciados, exceto em circunstâncias específicas e de acordo com o devido processo legal.

Indivisibilidade

Os direitos humanos são indivisíveis e interdependentes, o que significa que a negação de um direito afeta o gozo de outros.

Os direitos humanos são um pilar fundamental para a construção de sociedades justas e igualitárias. Eles têm suas raízes em diferentes tradições filosóficas e culturais, mas encontraram expressão universal na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Compreender seu conceito, origem, evolução e características é essencial para qualquer discussão séria sobre justiça social e dignidade humana.



Noções de Direito Administrativo

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
<ul style="list-style-type: none"> – É um regime mais abrangente – Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação 	<ul style="list-style-type: none"> – É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público – O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

— Administração pública

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

SENTIDO SUBJETIVO	Sentido amplo {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
SENTIDO SUBJETIVO	Sentido estrito {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido amplo {função política e administrativa}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido estrito {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.



O Direito Penal é um ramo fundamental do direito público, dedicado à proteção dos bens jurídicos mais relevantes para a sociedade. Ele estabelece normas de conduta que, quando violadas, resultam na aplicação de sanções penais. Por ser uma ferramenta extremamente invasiva, capaz de restringir liberdades individuais, sua aplicação deve ser vista como o último recurso disponível ao Estado.

Essa característica torna o Direito Penal um dos instrumentos mais poderosos para garantir a ordem e a segurança social. Além disso, é importante destacar que nem toda infração às normas jurídicas configura um ilícito penal, sendo necessário que o ato transgressor atenda a critérios específicos para que se enquadre nessa categoria.

— Funções do Direito Penal

O Direito Penal desempenha diversas funções essenciais para a manutenção da ordem social e para a proteção dos direitos dos cidadãos. A seguir, são destacadas as principais funções:

▶ Proteção da Sociedade

O objetivo primordial do Direito Penal é proteger a sociedade de condutas que ameaçam a ordem e a segurança pública. Ao definir e punir condutas ilícitas, o Direito Penal atua como um escudo contra comportamentos que possam causar danos aos indivíduos e ao coletivo.

▶ Prevenção Geral

Uma das funções centrais do Direito Penal é a prevenção geral, que se concretiza por meio da intimidação. A simples existência de normas penais e a ameaça de sanções funcionam como um dissuasor para potenciais infratores, inibindo a prática de crimes.

▶ Prevenção Especial

Além de prevenir a prática de crimes em geral, o Direito Penal busca, por meio da prevenção especial, evitar a reincidência. Esta função é voltada para a ressocialização e reabilitação dos indivíduos que já cometeram delitos, com o intuito de reintegrá-los à sociedade de forma produtiva e em conformidade com as leis.

▶ Repressão

A função repressiva do Direito Penal se manifesta na punição dos crimes cometidos. A aplicação de penas não só visa corrigir o infrator, mas também serve como uma resposta do Estado ao ato ilícito, buscando reparar as injustiças cometidas e manter a ordem social.

▶ Justiça

O Direito Penal também desempenha um papel crucial na busca por justiça. Ele procura assegurar que as vítimas de crimes recebam uma resposta justa e proporcional ao dano sofrido, garantindo que a aplicação das leis seja feita de maneira equitativa e imparcial.

▶ Limitação do Poder Estatal

Embora o Direito Penal seja uma ferramenta poderosa do Estado, ele também atua como um limitador do poder estatal. Estabelecendo critérios claros e objetivos para a aplicação de sanções penais, o Direito Penal protege os cidadãos contra abusos e arbitrariedades, garantindo que as intervenções do Estado sejam justas e proporcionais.



► Sistemas Processuais¹

Sistema, segundo o lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, é:

- Conjunto de elementos, materiais ou ideias, entre os quais se possa encontrar ou definir alguma relação.
- Disposição das partes ou dos elementos de um todo, coordenados entre si, e que funcionam como estrutura organizada: sistema penitenciário; sistema de refrigeração.
- Reunião de elementos naturais da mesma espécie, que constituem um conjunto intimamente relacionado [...]²

Assim, sistema processual penal é o conjunto de princípios e regras constitucionais, de acordo com o momento político de cada Estado, que estabelece as diretrizes a serem seguidas à aplicação do direito penal a cada caso concreto.

O Estado deve tornar efetiva a ordem normativa penal, assegurando a aplicação de suas regras e de seus preceitos básicos, e esta aplicação somente poderá ser feita através do processo, que deve se revestir, em princípio, de duas formas: a inquisitiva e a acusatória.

Em um Estado Democrático de Direito, o sistema acusatório é a garantia do cidadão contra qualquer arbítrio do Estado. A contrario sensu, no Estado totalitário, em que a repressão é a mola mestra e há supressão dos direitos e garantias individuais, o sistema inquisitivo encontra sua guarida.

► Sistema Inquisitivo

O sistema inquisitivo surgiu nos regimes monárquicos e se aperfeiçoou durante o direito canônico, passando a ser adotado em quase todas as legislações europeias dos séculos XVI, XVII e XVIII.

O sistema inquisitivo surgiu após o acusatório privado, com sustento na afirmativa de que não se poderia deixar que a defesa social dependesse da boa vontade dos particulares, já que eram estes que iniciavam a persecução penal.

O cerne de tal sistema era a reivindicação que o Estado fazia para si do poder de reprimir a prática dos delitos, não sendo mais admissível que tal repressão fosse encomendada ou delegada aos particulares.

O Estado-juiz concentrava em suas mãos as funções de acusar e julgar, comprometendo, assim, sua imparcialidade. Porém, à época, foi a solução encontrada para retirar das mãos do particular as funções de acusar, já que este só o fazia quando queria, reinando, assim, certa impunidade ou tornando a realização da justiça dispendiosa.

Inquisitivo é “relativo ou que envolve inquisição, ou seja, antigo tribunal eclesiástico instituído com o fim de investigar e punir crimes contra a fé católica; Santo Ofício”³. Portanto, o próprio órgão que investiga é o mesmo que pune.

No sistema inquisitivo, não há separação de funções, pois o juiz inicia a ação, defende o réu e, ao mesmo tempo, julga-o. Como bem acentua Eugênio Florián, “se as três funções se concentram em poder de uma só pessoa e se atribuem a um mesmo órgão, que as acumula todas em suas mãos, o processo é inquisitivo”⁴.

No sistema inquisitivo, o juiz não forma seu convencimento diante das provas dos autos que lhes foram trazidas pelas partes, mas visa convencer as partes de sua íntima convicção, pois já emitiu, previamente, um juízo de valor ao iniciar a ação.

Assim, podemos apontar algumas características próprias do sistema inquisitivo, a dizer:

a) as três funções (acusar, defender e julgar) concentram-se nas mãos de uma só pessoa, iniciando o juiz, ex officio, a acusação, quebrando, assim, sua imparcialidade;

¹ Rangel, Paulo. *Direito Processual Penal*. (29th edição). Grupo GEN, 2021.

² Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 2. ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 1594.

³ (Aurélio, ob. cit., p. 950)

⁴ (De las pruebas penales. 3. ed. Bogotá: Temis, 1990. t. I, p. 6. Tradução nossa).